

REPUBLICAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO GERAL Nº 01/2024

OBJETO: Contratação de empresa especializada em serviços de elaboração de projetos pré-executivos arquitetônicos, estruturais e complementares, memorial descritivo, planilhas orçamentárias, bem como, relatório de soluções integradas, para implantação da obra do novo mercado da produção da cidade de Maceió, conforme prazos, especificações e condições definidos no presente Edital e no Termo de Referência (Anexo I).

MODALIDADE DE SELEÇÃO: Convocação Geral.

TIPO DA SELEÇÃO: Menor preço global.

ABERTURA DA SESSÃO: Às 09:30h do dia 22/07/2024.

LOCAL DA SESSÃO: Rua Sampaio Marques, Nº 74, Pajuçara, Maceió/AL, CEP: 57.030-107.

DOCUMENTOS INTEGRANTES DESTES EDITAIS:

- Termo de Referência (Anexo I)
- Modelo de Credenciamento (Anexo II)
- Modelo de Declaração de Habilitação (Anexo III)
- Modelo de Declaração de Trabalho do Menor (Anexo IV)
- Modelo de Declaração de Idoneidade (Anexo V)
- Modelo de Proposta de Preços (Anexo VI)
- Minuta do Contrato (Anexo VII)

PREÂMBULO

A MACEIÓ INVESTE torna público que receberá no dia 22/07/2024, às 09:30h, as propostas para prestação dos serviços objeto desta seleção, data em que procederá à habilitação e julgamento. O certame será realizado na modalidade CONVOCAÇÃO GERAL, tipo MENOR PREÇO GLOBAL, para prestação de serviços de elaboração de projetos pré-executivos arquitetônicos, estruturais e complementares, memorial descritivo, planilhas orçamentárias, bem como, relatório de soluções integradas, para implantação da obra do novo mercado da produção da cidade de Maceió, que possui 40.000 m² de área construída, nos termos do Regulamento de Compras e Contratação de Serviços da MACEIÓ INVESTE, que está disponível no site <https://maceioinveste.com.br/>, e de acordo com as condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

1. DAS INFORMAÇÕES PRELIMINARES

1.1. O inteiro teor deste edital poderá ser obtido em qualquer tempo no sítio da MACEIÓ INVESTE (<https://maceioinveste.com.br/>) ou solicitado à Gerência de Compras e Seleção através do e-mail gerenciacompras@maceioinveste.com.br, no horário das 8h00 às 17h00.

1.2. Na ocorrência de qualquer motivo fortuito que impeça a realização de expediente na MACEIÓ INVESTE no dia agendado para abertura da sessão de recebimento e abertura dos envelopes, fica a sessão automaticamente transferida para o primeiro dia útil seguinte, independentemente de comunicação.

1.3. Os trabalhos serão conduzidos pela Comissão de Seleção, que será presidida pelo Gerente de Compras e Seleção.

1.4. No horário e local indicados, resumidamente realizar-se-ão os seguintes procedimentos pertinentes ao presente certame:

1.4.1. Credenciamento e habilitação do(s) representante(s) legal(ais) da(s) empresa(s) participante(s);

1.4.2. Recebimento dos envelopes de proposta comercial e habilitação;

1.4.3. Abertura dos envelopes de proposta de preços;

1.4.4. Divulgação das propostas apresentadas pela(s) empresa(s) participante(s) e classificação;

1.4.5. Verificação das condições e habilitação da empresa que ofertou a melhor proposta;

1.4.6. Declaração da empresa vencedora, caso esteja devidamente habilitada e em caso contrário, proceder-se-á com a habilitação de seu imediato sucessor, enquanto necessário e possível for;

1.4.7. Abertura para apresentação de recursos. Caso sejam interpostos, poderão ou não ser respondidos na mesma sessão pública;

1.4.8. Encerramento da sessão pública, independentemente de recursos interpostos que suspendam o prosseguimento do certame;

1.4.9. Respostas aos recursos interpostos (se houverem) e que suspenderam o certame;

1.4.10. Encaminhamento do processo para adjudicação e homologação do certame, caso tenha sido ultimado, ou arquivamento, em caso contrário.

1.5. Das decisões da Comissão de Seleção dar-se-á publicidade no sítio oficial da MACEIÓ INVESTE (<https://maceioinveste.com.br/>), salvo em relação àquelas cujas publicações e ciência puderem ser feitas diretamente aos representantes legais das empresas participantes presentes na sessão, principalmente quanto ao resultado de:

1.5.1. Julgamento da seleção;

1.5.2. Recursos porventura interpostos.

2. DO OBJETO.

Trata-se de contratação de empresa para prestação de serviços de elaboração de projetos pré-executivos arquitetônicos, estruturais e complementares, memorial descritivo, planilhas orçamentárias, bem como relatório de soluções integradas, para implantação da obra do novo mercado da produção da cidade de Maceió, que possui 40.000 m² de área construída, conforme prazos, especificações e condições definidos neste edital e no Termo de Referência constante no Anexo I.

3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA SELEÇÃO.

3.1. Poderão participar deste certame os interessados que atenderem a todas as exigências constantes do presente instrumento, não sendo admitida, a qualquer título, a participação de dirigentes, conselheiros e colaboradores da MACEIÓ INVESTE, inclusive cônjuges.

3.2. A participação na seleção importa em total e irrestrito conhecimento e submissão às condições previstas neste certame.

3.3. Cada empresa participante apresentar-se-á com 01 (um) ou mais representante(s) legal(is) que, devidamente credenciado(s), será(ão) o(s) único(s) admitido(s) a intervir(em) nas fases de procedimento de seleção, seja por escrito ou oralmente. Assim, a participante assume a responsabilidade por todos os atos praticados pelo(s) representante(s) devidamente credenciado(s).

3.4. É conveniente a presença do representante legal da empresa participante até o final da sessão pública, sendo que no caso de ausência da sala de sessão, ainda que momentânea, deverá ser comunicada e autorizada pela Comissão de Seleção e, se definitiva, registrada em ata com indicação do horário.

3.5. Os prejuízos advindos da ausência serão de responsabilidade única e exclusiva do ausente.

3.6. Nenhuma pessoa natural, ainda que de posse de procuração devidamente outorgada, poderá representar mais de uma participante. Caso ocorra, o primeiro credenciamento prevalecerá e a(s) outra(s) participante(s) ficará(ão) sem representação, arcando com o ônus da não representatividade.

3.7. Não será admitida a participação: de empresas suspensas do direito de licitar e/ou contratar com a Administração Pública Direta e Indireta, Federal, Estadual, do Distrito Federal ou Municipal ou ainda declaradas inidôneas; as que estiverem em regime de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, em dissolução ou em liquidação; estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes

expressos para receber quitação e responder administrativamente ou judicialmente.

4. DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE CREDENCIAMENTO.

4.1. A(s) participantes(s) deverá(ão) apresentar-se no dia, horário e local indicados para credenciamento, perante a Comissão de Seleção, por intermédio do seu representante legal, munido da carteira de identidade e documentação abaixo discriminada, sendo o único admitido a intervir nas fases do procedimento de seleção no interesse da representada.

4.1.1. O credenciamento será efetuado com a entrega da seguinte documentação, além daquelas estabelecidas no item 4.3:

a) Se proprietário, sócio ou administrador da participante:

4.1.1.a.1. Contrato social devidamente registrado em se tratando de sociedade empresária e, no caso de sociedade por ações, documento de eleição dos administradores; 4.1.1.a.2. No caso de sociedade civil, a inscrição do ato constitutivo acompanhado de prova da diretoria em exercício; 4.1.1.a.3. Em se tratando de sociedade estrangeira em funcionamento no país, o decreto de autorização no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura; 4.1.1.a.4. Se empresa individual, o devido registro comercial.

b) Se representante legal: 4.1.1.b.1. Procuração, pública ou particular, com poderes para atuar especificamente nesta seleção, realizada pela MACEIÓ INVESTE, notadamente para formular proposta, declarar a intenção de recorrer ou renunciar ao direito de interpor recursos e praticar todo e qualquer ato inerente ao certame; 4.1.1.b.2. Termo de credenciamento, conforme modelo do Anexo II, devidamente preenchido pela participante com poderes para o representante manifestar-se em seu nome em qualquer fase desta seleção, notadamente formular proposta, declarar a intenção de interpor recurso, renunciar ao direito de recorrer, enfim, para representar a participante em todo e qualquer ato inerente à seleção durante a sessão pública de abertura dos envelopes e demais fases do procedimento licitatório; 4.1.1.b.3. No caso do contrato social ou estatuto determinarem a assinatura em conjunto, a falta de uma das firmas em

qualquer documento ter-se-á por inexistente esta, arcando a participante com o ônus da omissão.

4.2. O representante legal da empresa que não se apresentar perante a Comissão de Seleção ficará impedido de declarar a intenção de interpor recurso, de renunciar ao direito de recorrer e representar a participante em todo e qualquer ato inerente ao certame durante a sessão pública de abertura dos envelopes e demais fases do procedimento.

4.3. No momento do credenciamento deverão, ainda, ser entregues à Comissão de Seleção, as declarações de credenciamento e de habilitação (Anexos II e IV respectivamente).

5. DAS SITUAÇÕES ESPECIAIS NO ATO DO CREDENCIAMENTO.

5.1. Na hipótese dos documentos indicados no item 4 e seguintes, que, por equívoco estiverem dentro dos envelopes da habilitação ou da proposta, poderão ser retirados pelo próprio representante que deverá, ato contínuo, lacrar novamente o envelope, assinar o fecho e zelar, durante esse procedimento, pelo sigilo da proposta.

5.2. Na fase de credenciamento será permitido ao(s) representante(s) da(s) empresa(s) ou a Comissão de Seleção tirar cópias de documentos necessários, porventura retirados dos envelopes.

5.3. A Comissão de Seleção poderá conferir os documentos referentes ao credenciamento e atestar sua autenticidade.

5.4. Os representantes legais não precisam de termo de credenciamento e/ou procuração, devendo apresentar os documentos previstos no subitem 4.1.1.

5.5. A Comissão de Seleção declarará encerrada a fase de credenciamento quando não mais estiverem presentes representantes legais a serem credenciados. Em ato contínuo, receberá a documentação de proposta de preços na estrita ordem de credenciamento.

6. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA.

6.1. Os documentos para habilitação e a proposta de preços deverão ser apresentados simultaneamente, em envelopes distintos e lacrados, contendo em sua parte externa e frontal os dizeres:

CONVOCAÇÃO GERAL Nº 01/2024 – MACEIÓ INVESTE
ENVELOPE Nº 1 - PROPOSTA DE PREÇO
(RAZÃO SOCIAL DA PARTICIPANTE)
(CNPJ DA PARTICIPANTE)
(ENDEREÇO DA PARTICIPANTE)

CONVOCAÇÃO GERAL Nº 01/2024- MACEIÓ INVESTE
ENVELOPE Nº 2 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
(RAZÃO SOCIAL DA PARTICIPANTE)
(CNPJ DA PARTICIPANTE)
(ENDEREÇO DA PARTICIPANTE)

7. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO.

7.1. Havendo vários problemas que o atual Mercado Público possui, como recalque do edifício, trazendo problemas para a cobertura, drenagem, em virtude de afundamento do pátio e do precário sistema de drenagem existente na área, durante as chuvas ocorrem alagamentos do equipamento, com consequentes prejuízo para seus usuários, saneamento, com sistemas antigos e sem manutenção, acessibilidade precária, insalubridade, iluminação e ventilação precários, e ainda, problemas de gestão, tais como: falta de controle de acesso dos veículos, falta de apoio aos permissionários, cadastro deficiente e elevada produção de resíduos, com acondicionamento inadequado ou sem acondicionamento, sendo desta forma, um objeto de alta complexidade, e para o seu desenvolvimento são necessárias diversas especialidades técnicas. Diante de tal complexidade na resolução do objeto e para garantir uma execução com alta qualidade é de grande importância a participação do consórcio de fornecedores, onde a colaboração entre empresas irá proporcionar um resultado mais eficiente e eficaz. Somado a isto, com a contratação de um consórcio de empresas, ter-se-á maior capacidade técnica e recursos, redução de risco, maior capacidade financeira, eficiência operacional, maior competitividade, melhor de projetos, bem como a execução dos cumprimentos dos requisitos legais e contratuais. A colaboração entre empresas resulta em maior eficiência operacional, otimizando o uso de recursos e minimizando desperdícios, de forma que, tais parcerias podem permitir entrada em novos mercados geográficos ou setores, a qual uma única empresa não conseguiria, tornando assim, mais viável para a resolução do objeto deste Termo de Referência a participação do consórcio de empresas, sendo este, um meio

mais eficiente para o desenvolvimento dos projetos.

7.2. A contratação de consorciados, permite com mais precisão e confiabilidade, a elaboração e o desenvolvimento dos projetos, de forma que execução da obra e serviços de engenharia e todas as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto sejam concentradas em um único contrato, o que resulta em maior agilidade, adoção de melhores soluções e redução nos custos das ações necessárias em todas as fases de realização do projeto.

8. DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO.

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da modalidade CONVOCAÇÃO GERAL, sob o critério de seleção de fornecedores, com adoção de julgamento pelo menor preço GLOBAL.

8.2. Comprovação da boa situação financeira emitida pelo fornecedor, mediante a apresentação de índices contábeis que demonstrem a boa saúde econômico-financeira para assumir as obrigações decorrentes do contrato, ou capital mínimo, ou patrimônio líquido mínimo.

8.3. No que se refere à habilitação jurídica e regularidade fiscal, todas as empresas consorciadas devem apresentar os documentos que comprovam o atendimento desses requisitos de forma individual. Ou seja, no que se refere à fase de habilitação e apresentação dos respectivos documentos habilitatórios exigidos neste Termo de Referência.

8.4. Cada empresa que irá compor o consórcio deverá apresentá-los individualmente.

8.5. A empresa participante da seleção deverá encaminhar a seguinte documentação:

8.5.1. Habilitação Jurídica:

- a) ato constitutivo: estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na junta comercial ou no cartório de registro de pessoas jurídicas competente, no caso das sociedades de empresárias.

- b) para as empresas reunidas em consórcio: contrato de constituição de consórcio, registrado na junta ou cartório, acompanhado de procuração de outorga de poderes indicando representante legal. Podendo também ser apresentado o documento de compromisso público de constituição de consórcio, a ser substituído pelo contrato de constituição para assinatura do contrato, acompanhado de procuração de outorga de poderes indicando representante legal.
- c) documento de eleição e posse de seus administradores ou diretores, no caso de sociedades anônimas.
- d) inscrição do ato constitutivo no registro pessoas jurídicas, acompanhada de prova da diretoria em exercício, no caso de sociedade civis.
- e) decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, no caso de sociedades estrangeiras em funcionamento no país.

8.5.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social;
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de

maio de 1943;

f) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da empresa, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

g) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da empresa, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

8.5.3. Qualificação Técnica:

a) Certidão de Registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou no Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo (CAU) da região onde está situada a sua sede, relativa à licitante e ao seu responsável técnico;

b) Comprovação Técnico-operacional, de aptidão da empresa, pela execução de serviços compatíveis em características e prazos com o objeto desta seleção, através de atestado (s) em nome da empresa, no quantitativo mínimo de 30% (trinta por cento) da metragem total do Mercado Público, fornecido (s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, demonstrando a aptidão para desempenho das seguintes atividades consideradas de elevada relevância técnica e valor significativo:

QUANTITATIVO	DESCRIÇÃO
12.000m ²	Projetos Pré-Executivos de arquitetura
12.000m ²	Projeto Estrutural de fundação profundas
12.000m ²	Projeto Estrutural (metálica)
12.000m ²	Projeto Estrutural (concreto)

b.1) Os atestados de capacidade técnica apresentados pelas empresas podem ser somados a fim de comprovar a habilitação do consórcio.

b.2) O(s) atestado(s) deverá(ao) conter, explicitamente, todos os dados necessários à comprovação das características e quantitativos dos serviços executados, além das datas de início e término das obras. As

exigências de comprovação acima citadas poderão ser atendidas em até dois atestados, com exceção do item “projeto pré-executivo”, que deverá ser feita em um único atestado, por ser um item de caráter indivisível. A limitação do somatório do número de atestados por parcela de relevância técnico operacional é necessária para garantir que a empresa comprove ter realizado os serviços constatados como relevante técnica e financeiramente. Caso, não se limite se o número de atestados para cada parcela de relevância não teria sentido solicitar o quantitativo mínimo, pois a empresa que dividisse em vários atestados não estaria comprovando a capacidade técnico operacional de executar serviços deste porte e complexidade.

c) Comprovação Técnico-profissional, de aptidão do profissional, pela execução de serviços compatíveis em características e prazos com o objeto desta seleção, através de atestado (s) em nome do profissional, fornecido (s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, demonstrando a aptidão para desempenho das seguintes atividades consideradas de elevada relevância técnica e valor significativo

8.5.4. Qualificação Econômico-Financeira:

a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios. O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade. A boa situação financeira do licitante será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores que 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$
$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$
$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

b) certidão negativa de falência, recuperação judicial expedida dentro de um prazo máximo de 90 (noventa) dias anteriores à sessão pública, pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou dentro do prazo de validade constante no documento.

8.6. Todas as participantes deverão, ainda, apresentar os seguintes documentos:

8.6.1. Declaração de que cumprem plenamente os requisitos exigidos para habilitação e sujeitam-se aos termos e condições do presente Pregão (Anexo III);

8.6.2. Declaração de não possuir em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menor de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir 14 (quatorze) anos (Anexo IV);

8.6.3. Declaração da participante que não está suspensa do direito de licitar e não tenha sido declarada inidônea por qualquer órgão ou entidade do Governo Federal, Estadual ou do Distrito Federal e Municipal (Anexo V).

9. DOS REQUISITOS PARA FORMULAÇÃO DA PROPOSTA.

9.1. A proposta deverá atender às disposições contidas no Termo de Referência constante no Anexo I e, ainda, ser apresentada em original, impressa por qualquer processo eletrônico, no idioma pátrio, sem cotações alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas, conforme Anexo VI, e nela deverão constar:

9.1.1. A especificação do fornecimento/serviço e impressão em papel timbrado da participante com a Razão Social, CNPJ/MF, endereço, número de telefone, email, site, data e assinatura do representante legal da participante;

9.1.2. A falta de assinatura na proposta poderá ser suprida pelo representante legal da participante devidamente credenciado e com poderes para esse fim, presente à sessão pública.

9.1.3. As descrições da prestação dos serviços deverão ser claras, minuciosas e completas, observadas as especificações constantes no Termo de Referência (Anexo I);

9.1.4. Prazo de entrega;

9.1.5. Cotação dos preços ofertados com base nas especificações constantes do Termo de Referência (Anexo I);

a) A participante deverá indicar os valores em moeda corrente, fixos e irrevogáveis;

b) Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos diretos e indiretos, encargos trabalhistas e sociais, seguros, fretes, impostos Federais, Estaduais, do Distrito Federal e Municipais (à exceção dos tributos de natureza direta e pessoalíssima, que oneram pessoalmente a contratada, não devendo ser repassados à contratante), contribuições previdenciárias e quaisquer outras despesas que se refiram à prestação dos serviços objeto deste certame;

c) Só serão aceitos preços em moeda nacional, em algarismos arábicos e por extenso e em caso de divergência, prevalecerá este último, desprezando-se qualquer valor além dos centavos;

d) A cotação apresentada para efeito do julgamento será de exclusiva responsabilidade da participante, não sendo permitida qualquer alteração, a não ser erro material evidente.

9.1.6. Indicação do prazo de validade da proposta não inferior a 90 (noventa) dias, contados da data da realização da sessão pública.

a) Caso referido prazo não esteja expressamente indicado na proposta, será considerado o prazo de validade como de 90 (noventa) dias contados a partir da data do certame.

9.2. Em caso de motivo de força maior, a adjudicação não ocorrer dentro do período de validade da proposta e caso persista o interesse da MACEIÓ INVESTE, será prorrogada, automaticamente, a validade por igual prazo.

9.3. Ao apresentar a proposta, a participante declarará plena aceitação das condições estabelecidas neste edital, sendo inalteráveis no decorrer do procedimento de seleção e execução do contrato, à exceção daquelas expressamente determinadas por este instrumento convocatório ou amparadas por lei.

9.4. A participante poderá fornecer Planilha de Custos própria com base neste Edital e seus anexos, sendo de sua exclusiva responsabilidade o levantamento de serviços, de quantitativos, dos custos e tudo mais que for necessário para o cumprimento total das obrigações decorrentes da execução do objeto desta seleção.

9.5. Durante a execução dos serviços a contratada não poderá alegar eventuais erros de quantitativos ou omissões de serviços no seu orçamento detalhado para justificar aditivos contratuais.

9.6. Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade da participante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

9.7. Em nenhuma hipótese poderá ser alterada a proposta apresentada, seja no preço, prazos de execução, forma de pagamento ou outra condição que importe em modificação dos termos originais.

9.8. A Comissão de Seleção analisará a compatibilidade das propostas com os valores praticados no mercado, bem como sua exequibilidade.

9.9. Nas propostas serão consideradas obrigatoriamente:

9.9.1. O preço global total para todos os serviços, em moeda corrente nacional e no máximo duas casas decimais após a vírgula;

9.9.2. Especificações detalhadas do objeto ofertado, consoante as exigências deste edital e seus anexos;

9.9.3. Inclusão de todas as despesas concernentes ao objeto dessa seleção, com encargos sociais, financeiros e trabalhistas, taxas e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto desta seleção, os quais ficarão a cargo única e exclusivamente da participante vencedora.

9.9.4. Prazo dos pagamentos com até 10 (dez) dias úteis após a apresentação da Nota Fiscal, preferencialmente acompanhada de boleto, desde que comprovada a efetiva prestação do serviço;

9.10. Será desclassificada a participante que apresentar proposta:

9.10.1. Que contiver objeto diverso ou insuficiente do constante desse edital;

9.10.2. Não atender às exigências estabelecidas pelo presente instrumento;

9.10.3. Apresentar valores incompatíveis com os preços de mercado acrescidos dos respectivos custos estatuídos neste edital.

10. DA ANÁLISE DAS PROPOSTAS E DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO.

10.1. No dia, horário e local designados neste edital, a Comissão de Seleção receberá os envelopes com os documentos exigidos para a proposta de preços e para a habilitação.

10.2. A Comissão de Seleção procederá à abertura dos envelopes de proposta de preços, momento em que serão os documentos analisados e posteriormente rubricados pelo presidente da Comissão de Seleção.

10.3. Ato contínuo serão os referidos documentos disponibilizados a todos os representantes credenciados para análise e rubrica destes.

10.4. A Comissão de Seleção poderá, em qualquer fase, promover as diligências necessárias a fim de esclarecer ou complementar a instrução dos autos, vedada a inclusão de documentos ou informações que deveriam ser apresentados a tempo e modo pela participante.

10.5. A Comissão de Seleção manterá sob sua guarda os envelopes nº 02, devidamente lacrados e rubricados pelo presidente da Comissão de Seleção e representante credenciado da concorrente.

10.6. Ao final dos trabalhos e após a decisão dos eventuais recursos interpostos ou havendo desistência em interpô-los por todos os representantes presentes à sessão, os referidos envelopes de habilitação poderão ser devolvidos às respectivas concorrentes.

10.7. Não serão aceitas propostas encaminhadas por correio eletrônico ou qualquer outro meio que possa ocasionar quebra do sigilo.

10.8. Existindo necessidade, poderá ser solicitada a manifestação de pessoal técnico da MACEIÓ INVESTE para averiguar a compatibilidade da proposta com as especificações do Termo de Referência.

10.9. A MACEIÓ INVESTE poderá revogar a seleção, até a assinatura do instrumento contratual, sem que caiba ao proponente direito a indenização, principalmente se tiver conhecimento de fato ou circunstância anterior ou posterior ao julgamento das propostas que desabone a idoneidade ou capacidade financeira, jurídica, técnica, administrativa, regularidade fiscal e trabalhista do proponente ou qualquer outra.

10.10. A Comissão de Seleção poderá admitir propostas e/ou documentos que apresentem vícios ou erros evidentes, desde que estes não se relacionem a questões substantivas ou que sua correção não viole o princípio da igualdade.

11. DA SELEÇÃO.

11.1. Após finalizado o credenciamento das participantes da seleção, no dia, hora e local designados para esta seleção, a Comissão de Seleção receberá de uma só vez os envelopes nº 01 e nº 02, e dará início à disputa.

11.1.1. O ato poderá ser assistido por qualquer pessoa, mas somente dele participarão ativamente as participantes ou

representantes credenciados, não sendo permitida a intercomunicação entre eles, nem atitudes desrespeitosas ou que causem tumultos e perturbem o bom andamento dos trabalhos;

11.2. Depois de finalizado o recebimento dos envelopes, nenhum outro será recebido, nem tampouco serão permitidos quaisquer adendos ou esclarecimentos relativos à documentação ou proposta de preços apresentadas.

11.3. A seguir, serão identificadas as participantes credenciadas e proceder-se-á à abertura dos Envelopes nº 01 – Proposta de Preços.

11.3.1. O conteúdo dos envelopes nº 01 – Proposta de Preços será rubricado pelo presidente da Comissão de Seleção e pelas participantes presentes através de seus representantes;

11.3.2. As propostas serão ordenadas por seus respectivos valores em ordem decrescente e no caso de empate das propostas, será admitida a realização de disputa final, hipótese em que os participantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação. Persistindo o empate, decidir-se-á por meio de sorteio o ordenamento na tabela classificatória.

11.3.3. A Comissão de Seleção poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado;

11.3.4. Após a eventual negociação, a Comissão de Seleção examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito;

11.3.5. O critério de aceitabilidade dos preços ofertados será o de compatibilidade com os preços praticados no mercado, coerentes com cada um dos itens que compõem o objeto da seleção;

11.3.6. A qualquer momento, a Comissão de Seleção poderá solicitar às participantes a composição dos respectivos preços e outros esclarecimentos que se façam necessários.

11.4. Ao término da classificação das propostas, a participante que ofertou a melhor oferta terá o envelope nº 02 – Habilitação, aberto e analisado pela Comissão de Seleção.

11.5. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da participante com a melhor oferta, a Comissão de Seleção verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação na seleção.

11.6. Constatada a existência de sanção, a Comissão de Seleção reputará o participante como inabilitado, por falta de condição de participação.

11.7. Não ocorrendo inabilitação, a documentação de habilitação então será verificada, conforme demais exigências previstas neste instrumento convocatório.

11.8. Caso a Comissão de Seleção julgue conveniente, poderá suspender a sessão para analisar os documentos apresentados, podendo ou não voltar em seguida a reunir-se com as participantes. Nessa hipótese, todos os documentos de habilitação já rubricados e os Envelopes nº 01 – Proposta de Preços, permanecerão em poder da Comissão de Seleção, até que seja concluída a fase de habilitação.

11.9. À participante inabilitada será devolvido o respectivo Envelope nº 02, depois de transcorrido o prazo legal sem interposição de recurso ou de sua desistência, ou da decisão desfavorável do recurso.

11.10. Não ocorrendo desistência expressa de todas as participantes quanto ao direito de interpor recurso, os Envelopes nº 02 – Habilitação, serão rubricados pelas participantes presentes ao ato e mantidos inviolados até a posterior abertura, caso haja necessidade.

11.11. Após o procedimento necessário para a verificação de que a documentação de habilitação da participante com a melhor proposta está regular, os Envelopes nº 02 – Habilitação, das demais participantes poderão ser devolvidos, na mesma sessão, desde que todas tenham desistido expressamente do direito de recorrer, após o regular decurso da fase recursal.

11.12. Ultrapassada a fase da habilitação da participante com a melhor oferta, não caberá desclassificá-la por motivo relacionado com a habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

11.13. Caso ocorra de todas as participantes serem inabilitadas ou todas as propostas serem desclassificadas, a Comissão de Seleção poderá fixar um prazo não superior a 03 (três) dias úteis para a apresentação de documentação ou proposta livres das causas que as inabilitaram ou desclassificaram, em nova sessão, devidamente agendada e publicizada no site da MACEIÓ INVESTE (<https://maceioinveste.com.br/>);

11.14. Será considerada inabilitada a participante que não apresentar os documentos exigidos por este edital no prazo de validade e/ou devidamente atualizados.

12. DO JULGAMENTO DOS PREÇOS.

12.1. As propostas deverão ser apresentadas pelas participantes nos moldes deste edital e em consonância ao Regulamento de Compras e Contratação de Serviços da MACEIÓ INVESTE;

12.2. Será considerada como mais vantajosa a proposta da participante que ofertar o menor valor global para os serviços necessários ao atendimento do objeto desta seleção;

12.3. Se a proposta da participante detentora do menor valor global não for aceitável ou desatender às exigências deste instrumento, serão

examinadas as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração da proposta que se coadune com as condições estabelecidas neste edital;

12.4. Serão desclassificadas:

12.4.1. As participantes que apresentarem propostas que não atendam às exigências deste edital;

12.4.2. As participantes que apresentarem propostas com preços excessivos ou manifestamente inexequíveis;

12.5. Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista no Termo de Referência ou neste edital;

12.6. Encerrada a sessão, lavrar-se-á ata circunstanciada que mencionará todas as ocorrências, devendo ser assinada pelo presidente da Comissão de Seleção e por todos os representantes legais das participantes que estiverem presentes.

13. DA IMPUGNAÇÃO E DO RECURSO.

13.1. Até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas, qualquer interessado poderá impugnar o ato convocatório desta seleção.

13.1.1. Para os fins do disposto no item 12.1, deverá a impugnante manifestar-se por escrito por meio do endereço eletrônico gerenciacompras@maceioinveste.com.br;

13.1.2. A apreciação das impugnações será realizada pela Comissão de Seleção;

13.1.3. A impugnação deverá indicar o número do processo de seleção, sua modalidade e as razões da impugnação, facultando-se ao impugnante a juntada de documentos que repute necessários à comprovação do alegado;

13.1.4. Acolhida a impugnação e desde que prejudicial ao válido e regular desenvolvimento do procedimento de seleção, será designada nova data para a realização do certame;

13.1.5. As impugnações intempestivas ou que desatenderem às determinações contidas neste edital não serão conhecidas.

13.2. A entrega da proposta, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente edital, implicará na plena aceitação por parte dos interessados das condições nela estabelecidas, ou seja, pressupõe-se que no caso de ausência de impugnação, os elementos constantes deste ato convocatório são suficientes, claros e precisos, não cabendo, portanto, posterior reclamação;

13.3. Caberá interposição de recurso por parte do participante interessado, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da publicação oficial de qualquer decisão que o inabilite de participar ou em que haja

preterição no julgamento das propostas no sítio eletrônico da MACEIÓ INVESTE e/ou outra forma de comunicação do resultado parcial ou definitivo.

13.3.1. O recurso será dirigido ao presidente da Comissão de Seleção, que poderá reconsiderar a decisão ou remeter o feito devidamente instruído ao Diretor-Presidente da Agência, que proferirá a decisão definitiva.

13.3.2. Os recursos terão efeito suspensivo somente para a decisão que declarar o vencedor da seleção.

13.3.3. O provimento do recurso somente invalidará os atos que não são possíveis de aproveitamento.

13.3.4. Os recursos deverão ser protocolados via email, no endereço eletrônico gerenciacompras@maceioinveste.com.br, indicando-se o número do processo de seleção e sua modalidade, constituindo ônus do recorrente expor de forma fundamentada as razões recursais.

13.3.5. Caso a decisão reputada desfavorável seja proferida durante a sessão de julgamento, o participante deverá, na própria sessão, manifestar expressamente sua intenção de recorrer da decisão, sob pena de preclusão do direito de interpor recurso. A manifestação de vontade deverá ser expressamente consignada pela Comissão de Seleção.

13.4. Caso a interposição de recurso tenha o condão de interferir nos interesses de outros participantes, será concedido o prazo de 02 (dois) dias úteis para oferecimento de contrarrazões, que deverá ser protocolada via email, no endereço eletrônico gerenciacompras@maceioinveste.com.br, fazendo-se referência ao número do processo de seleção e sua modalidade.

13.5. Provido o recurso, a invalidação dos atos praticados alcançará apenas aqueles insuscetíveis de aproveitamento.

14. DO REAJUSTAMENTO.

14.1. O preço do valor global ofertado será fixo e irrevogável.

14.2. Considera-se que o preço ofertado e atribuído aos serviços inclui todas as despesas e custos até a execução final, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais), seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas nesse edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora do contrato em sua efetiva execução.

14.3. O preço do valor global poderá ser revisto na hipótese de oscilação na quantificação dos serviços por parte da MACEIÓ INVESTE, tanto para

mais quanto para menos, desde que devidamente comprovada a necessidade e em observância ao Regulamento de Compras e Contratação de Serviços da Agência.

15. DO CONTRATO.

15.1. A contratação advinda da presente seleção será formalizada por meio de instrumento contratual, nos moldes da minuta constante no Anexo VII, vinculado a esta seleção, e será regida pelo Regulamento de Compras e Contratação de Serviços da MACEIÓ INVESTE.

15.2. A assinatura do referido contrato se dará após homologação do presente procedimento de seleção.

15.2.1. A recusa injustificada em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo fixado, caracterizará o descumprimento total do contrato ou da obrigação assumida e acarretará ao participante as seguintes consequências, isolada ou cumulativamente: perda do direito à contratação; suspensão do direito de participar de seleção de fornecedores e contratar com a MACEIÓ INVESTE pelo prazo de até 02 (dois) anos, contado da data da aplicação da restrição.

15.3. Não havendo assinatura por incúria do pretense contratado, faculta-se à Agência convocar as demais proponentes, sucessivamente e por ordem de classificação, para assinar o instrumento contratual em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela vencedora, inclusive quanto aos preços e prazos.

15.4. Não estarão sujeitas às penalidades as participantes que forem convocadas nos termos do item 14.3 e que não aceitarem a contratação nas mesmas condições propostas pela vencedora original.

15.5. O contrato firmado com a proponente vencedora poderá ser alterado nos termos do Regulamento de Compras e Contratação de Serviços da MACEIÓ INVESTE, mediante termo aditivo.

15.6. A celebração do contrato não gera para a MACEIÓ INVESTE a obrigação de demandar os serviços contratados, seja parcial ou integralmente, de forma que a execução de cada fase do objeto somente se dará mediante demanda específica da contratante.

15.6.1. A celebração do contrato fica condicionada à assinatura e publicação do Contrato de Gestão com a Secretaria Municipal de Infraestrutura, oriunda do processo administrativo nº 3200-54064/2024.

16. DA EXECUÇÃO DO OBJETO DO CONTRATO.

16.1. O prazo de execução dos serviços será de 90 (noventa) dias, contados da data de assinatura do contrato.

- 16.2. Cada projeto deverá ser entregue com as ART (anotação de responsabilidade técnica) correspondentes.
- 16.3. Os projetos deverão ser entregues em arquivos digitais, dispositivo de armazenamento tipo pen drive, nos formatos PDF, dwg e ifc.
- 16.4. Relatório de soluções integradas de engenharia
- 16.5. Elaboração de projeto pré-executivo de arquitetura
- 16.6. Projeto Elétrico de BAIXA tensão
- 16.7. Projeto Elétrico de MÉDIA tensão
- 16.8. Projeto de sistema contra proteção de descargas atmosféricas (SPDA)
- 16.9. Projeto de Energia Solar
- 16.10. Projeto de Telecomunicações e CFTV
- 16.11. Projeto Luminotécnico, Câmeras e Vídeos e automação integrada de luz, ar e som
- 16.12. Projeto hidrossanitário de instalações prediais
- 16.13. Projeto de microdrenagem
- 16.14. Projeto das estações de tratamento de efluente
- 16.15. Projeto de combate a incêndio
- 16.16. Projeto de climatização
- 16.17. Projeto de GLP
- 16.18. Projeto de Acessibilidade
- 16.19. Projeto Estrutural de fundações profundas
- 16.20. Projeto estrutural (metálica)
- 16.21. Projeto estrutural (concreto)
- 16.22. Planilha Orçamentária
- 16.23. Cronograma físico-financeiro
- 16.24. Memorial Descritivo

17. DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO CONTRATUAL.

17.1. A inexecução do objeto deste certame e seus anexos, total ou parcialmente, poderá ensejar a rescisão contratual, na forma do Regulamento de Compras e Contratação de Serviços da MACEIÓ INVESTE, com as consequências previstas em lei e neste edital.

17.2. A rescisão unilateral do contrato poderá ser determinada pela Agência, de acordo com seu Regulamento de Compras e Contratação de Serviços e sem prejuízo das demais sanções impostas na legislação aplicável e neste edital.

18. DO PAGAMENTO.

18.1. Os critérios de pagamento do objeto estão previstos no Termo de Referência constante no Anexo I.

19. DAS OBRIGAÇÕES.

19.1. SÃO OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

- a) Emitir solicitação de serviços, contendo as informações necessárias à execução do objeto contratado;
- b) Notificar o(a) Contratado(a) sobre eventuais defeitos, inadequações ou imperfeições constatados na execução dos serviços, solicitando os devidos ajustes;
- c) Expedir formalmente todas as determinações e/ou comunicações dirigidas ao Contratado;
- d) Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes aos serviços objeto deste Contrato que venham a ser solicitados pelo Contratado, devendo especificar os detalhes necessários à sua perfeita consecução.
- e) Designar funcionário para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato;
- f) Realizar o devido adimplemento das obrigações financeiras pactuadas, no prazo e condições estabelecidos no contrato.

19.2. SÃO OBRIGAÇÕES DO(A) CONTRATADO(A):

- a) Executar fielmente o objeto contratado, no prazo estipulado;
- b) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o Contrato firmado com o Contratante, sem sua prévia e expressa anuência;
- c) Manter, durante toda execução do Contrato, as condições inicialmente pactuadas;
- d) Comunicar formalmente qualquer anormalidade ou impropriedade verificada na execução do contrato;
- e) Permitir, em todos os aspectos, a fiscalização pelo Contratante dos serviços executados;
- f) Responsabilizar-se pelo sigilo e confidencialidade dos documentos que lhe chegarem ao conhecimento em virtude da execução de contrato, não podendo divulgá-los sob qualquer pretexto, salvo mediante expressa autorização expedida pela Diretoria da Agência;
- g) Prestar informações e esclarecimentos que porventura se façam necessários, em no máximo 48 horas, a contar da solicitação feita pela Maceió Investe;
- h) Providenciar a imediata correção de eventuais deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pela Agência na prestação dos serviços;
- i) Providenciar todos os recursos e materiais necessários ao adequado cumprimento do objeto contratado.
- j) Realizar os serviços contratados de acordo com a boa técnica, a fim de garantir uma execução satisfatória, desenvolvida com segurança e qualidade, dentro das especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência.

20. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO.

20.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pela Gerência de Inclusão Produtiva da Maceió Investe.

20.1.1. Compreende-se por acompanhamento e fiscalização: supervisionar a prestação do serviço, garantindo que todas as providências sejam tomadas para regularização de falhas ou defeitos observados; levar ao conhecimento do representante da contratada qualquer irregularidade; exigir da contratada todas as providências necessárias à boa execução do contrato; encaminhar ao representante legal da contratada os documentos relacionados às eventuais multas aplicadas à contratada; realizar outros atos de natureza correlata, necessários à garantia da boa execução dos serviços prestados;

20.2. O acompanhamento e a fiscalização não excluirão a responsabilidade da contratada nem conferirão à MACEIÓ INVESTE responsabilidade solidária ou subsidiária, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades e/ou informações incorretas na execução dos serviços contratados.

20.3. As determinações e as solicitações formuladas pelo representante da Agência, encarregado da fiscalização do contrato, deverão ser prontamente atendidas pela contratada ou, na impossibilidade, justificada por escrito.

21. DAS SANÇÕES E PENALIDADES.

21.1. Sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato e da responsabilidade civil e penal aplicáveis ao contratado, nos casos de inexecução total ou parcial do contrato, a MACEIÓ INVESTE poderá, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, aplicar as seguintes penalidades, assegurada ao interessado a apresentação de defesa prévia: *a)* advertência; *b)* multa correspondente a até 20% sobre o valor da parcela em caso de inexecução parcial, atraso, inadimplemento ou infração contratual; *c)* multa correspondente a até 20% sobre o valor global do contrato, quando ficar caracterizada a recusa no cumprimento das obrigações; *d)* suspensão do direito de participar de seleção de fornecedores, em qualquer modalidade, e de contratar com a MACEIÓ INVESTE pelo prazo de até 02 (dois) anos.

21.2. As sanções previstas no item anterior poderão ser aplicadas cumulativamente, a depender do grau de lesividade da conduta.

21.3. Nenhum outro pagamento será realizado ao contratado enquanto não for quitada a multa que lhe tiver sido imposta.

22. DA RESPONSABILIDADE CIVIL.

22.1. A contratada responderá por quaisquer prejuízos ou danos, por culpa ou dolo, causados por seus empregados ou prepostos à MACEIÓ INVESTE e/ou a terceiros, em decorrência da prestação dos serviços, seja a que título for.

22.2. A MACEIÓ INVESTE estipulará prazo para a devida reparação, a depender da gravidade e extensão dos danos.

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

23.1. A participação nesta seleção implica plena aceitação dos termos e condições estabelecidas neste edital e anexos, bem como das normas que regem a matéria, notadamente o Regulamento de Compras e Contratação de Serviços da MACEIÓ INVESTE.

23.2. É vedada a utilização de qualquer elemento, critério ou fator sigiloso, subjetivo ou reservado que possa, ainda que indiretamente, elidir o princípio da igualdade entre as participantes.

23.3. A Comissão de Seleção poderá, no interesse da MACEIÓ INVESTE, relevar omissões desde que não comprometam a lisura e o caráter competitivo da seleção.

23.4. A homologação do resultado desta seleção não implicará direito à contratação.

23.5. As normas disciplinadoras da seleção serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Agência, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.6. As participantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a MACEIÓ INVESTE não será, em nenhum caso, responsável por tais despesas.

23.7. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na MACEIÓ INVESTE.

23.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento da participante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observado o princípio da isonomia.

23.9. A MACEIÓ INVESTE poderá revogar total ou parcialmente a presente seleção, tendo em vista seu interesse, ou, ainda, anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, não cabendo às participantes qualquer direito a indenização.

23.10. Os documentos emitidos via internet terão a aceitação condicionada à verificação de sua autenticidade mediante acesso ao sítio do órgão expedidor.

23.11. No caso de o contrato social ou estatuto determinarem a assinatura em conjunto, a falta de umas das firmas em qualquer

documento ter-se-á por inexistente este, arcando a participante com o ônus da omissão.

23.12. As participantes deverão observar o horário local da cidade de Maceió/AL para todos os atos previstos neste certame.

23.13. Todo e qualquer documento elaborado pela participante deverá ser impresso em papel timbrado, com indicação do CNPJ, endereço, nome e assinatura do representante legal.

23.14. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Seleção.

23.15. A mera apresentação de proposta não enseja qualquer compromisso de contratação por parte da MACEIÓ INVESTE, importando, entretanto, irrestrita e irretratável aceitação das condições dispostas neste edital.

23.16. O Termo de Referência e demais anexos são partes integrantes deste edital.

23.17. Não havendo questionamentos nos prazos previstos neste edital, presumem-se ser suficientemente claros e precisos os termos nele contidos, a permitir a elaboração das propostas.

24. DO FORO.

É competente o foro de Maceió/AL para dirimir quaisquer litígios oriundos da presente seleção.

Maceió/AL, 11 de julho de 2024.

JOÃO MARCELO FERREIRA BATISTA

Gerente de Compras e Seleção
Presidente da Comissão de Seleção

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA
Processo Administrativo nº 08/2024

1. OBJETO:

1.1 O presente Termo de Referência tem como objeto a Contratação de Empresa Especializada em Serviços de Elaboração de Projetos Pré-Executivos Arquitetônicos, estruturais e complementares, memorial descritivo planilhas orçamentárias, bem como, relatório de soluções integradas, para implantação da obra do novo mercado da produção da cidade de Maceió.

2. JUSTIFICATIVA:

2.1. O Objeto da contratação tem a finalidade de atender a necessidade de readequação das instalações existentes no atual Mercado Público de Maceió, bem como, recalque do edifício, problemas para a cobertura, drenagem, em virtude de afundamento do pátio e do precário sistema de drenagem existente na área, durante as chuvas ocorrem alagamentos do equipamento, com consequentes prejuízo para seus usuários, saneamento, com sistemas antigos e sem manutenção, acessibilidade precária, insalubridade, iluminação e ventilação precários, e ainda, problemas de gestão, tais como: falta de controle de acesso dos veículos, falta de apoio aos permissionários, cadastro deficiente e elevada produção de resíduos, com acondicionamento inadequado ou sem acondicionamento.

2.2. Com a finalidade principal de promover qualidade de vida aos cidadãos que trabalham e frequentam o Mercado Público do Município de Maceió, tal como, a proposição de investimento no referido local, que existem problemas constatados nas atuais condições, para fins de reforma do Mercado Público.

3. DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. Os serviços prestados devem atender as características e quantitativos a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT
1	Relatório de soluções integradas de engenharia e consultoria de sustentabilidade ambiental integrada e elaboração dos estudos ambientais: Estudo de Impacto Ambiental (Licença Prévia), Plano de Gestão de Resíduos Sólidos da Construção Civil (instalação), Plano de Gestão de Resíduos Sólidos (operação) e Relatório de Sustentabilidade	01
2	Elaboração de projeto pré-executivo de arquitetura	01
3	Projeto Elétrico de BAIXA tensão	01
4	Projeto Elétrico de MÉDIA tensão	01
5	Projeto de sistema contra proteção de descargas atmosféricas (SPDA)	01
6	Projeto de Energia Solar	01
7	Projeto de Telecomunicações e CFTV	01
4	Projeto Luminotécnico, Câmeras e Vídeos e automação integrada de luz, ar e som	01
5	Projeto hidrossanitário de instalações prediais	01
6	Projeto de Microdrenagem	01
7	Projeto das estações de tratamento de efluente	01
8	Projeto de combate a incêndio	01
9	Projeto de climatização	01
10	Projeto de GLP	01
11	Projeto de Acessibilidade	01
12	Projeto Estrutural de fundações profundas	01
13	Projeto estrutural (metálica)	01
14	Projeto estrutural (concreto)	01
15	Planilha Orçamentária	01
16	Cronograma físico-financeiro	01
17	Memorial Descritivo	01

3.2. Os projetos mencionados acima se referem a revitalização do Mercado Público Municipal, que possui 40.000 m² de área construída.

3.3. O critério de julgamento é menor preço global.

4. FUNDAMENTAÇÃO

4.1. Diante da complexidade das contratações e em virtude da potencialização dos procedimentos operacionais e nas normas da Resolução nº 03/2024, artigo 5º, em seus incisos I e II, que dispõe sobre o regulamento de compras e contratação de serviços desta Maceió Investe.

4.2. Da participação de consórcio de Empresas, nos moldes do Regulamento de Compras e Contratação de Serviços e Obras da Agência de Promoção de Investimentos de Maceió, de nº 03/2024, artigo 26º, o qual a colaboração entre empresas resulta em maior eficiência e adoção de melhores soluções e redução nos custos das ações necessárias em todas as fases da realização do objeto.

4.3. Assim, pretende esta contratação De Empresa Especializada em Projetos Pré-Executivos visando sanar necessidade de readequação das instalações existentes no atual Mercado Público de Maceió.

4.4. Porquanto, a aquisição ora solicitada, decorrerá da modalidade Convocação Geral, de acordo com a resolução nº03/2024, artigo 7º.

4.5. A complexidade do objeto em tela e atrelado, também, à preservação do interesse público inerente ao caso, através do atendimento à população deste município. Portanto, o projeto executivo proporcionará a futura contratação da Obra.

5. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

5.1. Sendo o mercado da produção um empreendimento de importância cultural e de memória afetiva marcante na história de Maceió e seus cidadãos, o projeto proposto de reforma e ampliação é um marco histórico de valorização da cultura, memória, turismo e do desenvolvimento social e econômico no município, com o potencial de transformar a realidade de um bairro e impactar a vida de milhares de pessoas de todo Brasil de forma direta e indireta. A Maceió Investe vem buscando alternativas para concretização da Elaboração de Projetos Pré-Executivos para readequação das instalações existentes no atual Mercado Público de Maceió, situado na Rua Doutor Francisco de Menezes, S/N, Levada, CEP 57017-075, Maceió, Alagoas. A revitalização de uma área tão carente de infraestrutura, tem como objetivo maior fornecer uma melhor solução de problemas de drenagem e saneamento, e por conseguinte uma positiva posição estética do empreendimento, impulsionando assim uma expansão do

comércio local, na oferta de melhores condições de trabalho para os permissionários, promovendo assim uma valorização e qualidade de vida de trabalho mais digno para as pessoas que trabalham no comércio do Mercado Municipal da Produção de Maceió.

5.2. Sendo o projeto a primeira etapa para o processo de construção de um ambiente, e tendo um papel fundamental na obtenção da qualidade de início de qualquer obra e sua revitalização. É nessa etapa que são definidas as organizações de espaço, bem como as tecnologias a serem adotadas no momento da execução da obra em si e os recursos disponíveis para a sua execução. A etapa de projeto é essencial na tomada de decisões que poderão gerar economia, funcionalidade e sustentabilidade no momento da obra. O projeto tem grande influência sobre os custos, devido ao fato de que ainda nessa fase existe uma infinidade de alternativas e decisões que podem ser tomadas, o que diminui sensivelmente após o início da construção em si. Para que se consiga êxito na implantação de um projeto, as decisões não devem ser tomadas de forma improvisada, mas sim na construção do projeto.

5.3. Em parceria com a Instituição Internacional Banco de Desenvolvimento da Bacia da Plata – FONPLATA que tem em seu programa de cooperação técnica o objetivo financiar estudos, ações de apoio e outras iniciativas que facilitem o desenvolvimento e a implementação de operações para fins de revitalização da área carente de infraestrutura, com diversos problemas de drenagem e saneamento, consequentemente uma positiva posição estética do empreendimento, impulsionando na expansão do comércio local, na oferta de melhores condições de trabalho para os permissionários, promovendo assim uma valorização e qualidade de vida de trabalho mais digno para as pessoas que trabalham no comércio do Mercado Municipal da Produção de Maceió.

6. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO

6.1. Havendo vários problemas que o atual Mercado Público possui, como recalque do edifício, trazendo problemas para a cobertura, drenagem, em virtude de afundamento do pátio e do precário sistema de drenagem existente na área, durante as chuvas ocorrem alagamentos do equipamento, com consequentes prejuízo para seus usuários, saneamento, com sistemas antigos e sem

manutenção, acessibilidade precária, insalubridade, iluminação e ventilação precários. e ainda, problemas de gestão, tais como: falta de controle de acesso dos veículos, falta de apoio aos permissionários, cadastro deficiente e elevada produção de resíduos, com acondicionamento inadequado ou sem acondicionamento, sendo desta forma, um objeto de alta complexidade, e para o seu desenvolvimento são necessárias diversas especialidades técnicas. Diante de tal complexidade na resolução do objeto e para garantir uma execução com alta qualidade é de grande importância a participação do consórcio de fornecedores, onde a colaboração entre empresas irá proporcionar um resultado mais eficiente e eficaz. Somado a isto, com a contratação de um consórcio de empresas, teremos maior capacidade técnica e recursos, redução de risco, maior capacidade financeira, eficiência operacional, maior competitividade, melhor de projetos, bem como a execução dos cumprimentos dos requisitos legais e contratuais. A colaboração entre empresas resulta em maior eficiência operacional, otimizando o uso de recursos e minimizando desperdícios, de forma que, tais parcerias podem permitir entrada em novos mercados geográficos ou setores, a qual uma única empresa não conseguiria, tornando assim, mais viável para a resolução do objeto deste Termo de Referência a participação do consórcio de empresas, sendo este, um meio mais eficiente para o desenvolvimento dos projetos.

6.2. A contratação de consorciados, permite com mais precisão e confiabilidade, a elaboração e o desenvolvimento dos projetos, de forma que execução da obra e serviços de engenharia e todas as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto sejam concentradas em um único contrato, o que resulta em maior agilidade, adoção de melhores soluções e redução nos custos das ações necessárias em todas as fases de realização do projeto

7. VALIDADE DA PROPOSTA

7.1. O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 90 dias contados a partir de sua data de apresentação.

8. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

- 8.1. O prazo de execução dos serviços será de 90 (noventa) dias, contados da data de assinatura do contrato.
- 8.2. Cada projeto deverá ser entregue com as ART (anotação de responsabilidade técnica) correspondentes.
- 8.3. Os projetos deverão ser entregues em arquivos digitais, dispositivo de armazenamento tipo pen drive, nos formatos PDF, dwg e ifc.
- 8.4. Relatório de soluções integradas de engenharia
- 8.5. Elaboração de projeto pré-executivo de arquitetura
- 8.6. Projeto Elétrico de BAIXA tensão
- 8.7. Projeto Elétrico de MÉDIA tensão
- 8.8. Projeto de sistema contra proteção de descargas atmosféricas (SPDA)
- 8.9. Projeto de Energia Solar
- 8.10. Projeto de Telecomunicações e CFTV
- 8.11. Projeto Luminotécnico, Câmeras e Vídeos e automação integrada de luz, ar e som
- 8.12. Projeto hidrossanitário de instalações prediais
- 8.13. Projeto de microdrenagem
- 8.14. Projeto das estações de tratamento de efluente
- 8.15. Projeto de combate a incêndio
- 8.16. Projeto de climatização
- 8.17. Projeto de GLP
- 8.18. Projeto de Acessibilidade
- 8.19. Projeto Estrutural de fundações profundas
- 8.20. Projeto estrutural (metálica)
- 8.21. Projeto estrutural (concreto)
- 8.22. Planilha Orçamentária
- 8.23. Cronograma físico-financeiro
- 8.24. Memorial Descritivo

9. DO VALOR

- 9.1. O valor estimado para a execução do objeto será **de R\$ 3.048.053,36 (três milhões e quarenta e oito mil e cinquenta e três reais e trinta e seis centavos), conforme apresentado no Plano de Trabalho.**

10. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E JULGAMENTO

10.1. O fornecedor será selecionado por meio da modalidade CONVOCAÇÃO GERAL, sob o critério de seleção de fornecedores, com adoção de julgamento pelo menor preço GLOBAL.

10.2. Comprovação da boa situação financeira emitida pelo fornecedor, mediante a apresentação de índices contábeis que demonstrem a boa saúde econômico-financeira para assumir as obrigações decorrentes do contrato, ou capital mínimo, ou patrimônio líquido mínimo.

10.3. No que se refere à habilitação jurídica e regularidade fiscal, todas as empresas consorciadas devem apresentar os documentos que comprovam o atendimento desses requisitos de forma individual. Ou seja, no que se refere à fase de habilitação e apresentação dos respectivos documentos habilitatórios exigidos neste Termo de Referência.

10.4. Cada empresa que irá compor o consórcio deverá apresentá-los individualmente.

10.5. A empresa participante da seleção deverá encaminhar a seguinte documentação:

10.5.1. Habilitação Jurídica:

c) ato constitutivo: estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na junta comercial ou no cartório de registro de pessoas jurídicas competente, no caso das sociedades de empresárias.

d) para as empresas reunidas em consórcio: contrato de constituição de consórcio, registrado na junta ou cartório, acompanhado de procuração de outorga de poderes indicando representante legal. Podendo também ser apresentado o documento de compromisso público de constituição de consórcio, a ser substituído pelo contrato de constituição para assinatura do contrato, acompanhado de procuração de outorga de poderes indicando representante legal.

c) documento de eleição e posse de seus administradores ou diretores, no caso de sociedades anônimas.

d) inscrição do ato constitutivo no registro pessoas jurídicas,

acompanhada de prova da diretoria em exercício, no caso de sociedade civis.

e) decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, no caso de sociedades estrangeiras em funcionamento no país.

10.5.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social;
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- h) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da empresa, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- i) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da empresa, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

10.5.3. Qualificação Técnica:

- d) Certidão de Registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou no Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo (CAU) da região onde está situada a sua sede, relativa à licitante e ao seu responsável técnico;
- e) Comprovação Técnico-operacional, de aptidão da empresa, pela execução de serviços compatíveis em características e prazos com o objeto

desta seleção, através de atestado (s) em nome da empresa, no quantitativo mínimo de 30% (trinta por cento) da metragem total do Mercado Público, fornecido (s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, demonstrando a aptidão para desempenho das seguintes atividades consideradas de elevada relevância técnica e valor significativo:

QUANTITATIVO	DESCRIÇÃO
12.000m ²	Projetos Pré-Executivos de arquitetura
12.000m ²	Projeto Estrutural de fundação profundas
12.000m ²	Projeto Estrutural (metálica)
12.000m ²	Projeto Estrutural (concreto)

b.1) Os atestados de capacidade técnica apresentados pelas empresas podem ser somados a fim de comprovar a habilitação do consórcio.

b.2) O(s) atestado(s) deverá(ao) conter, explicitamente, todos os dados necessários à comprovação das características e quantitativos dos serviços executados, além das datas de início e término das obras. As exigências de comprovação acima citadas poderão ser atendidas em até dois atestados, com exceção do item “projeto pré-executivo”, que deverá ser feita em um único atestado, por ser um item de caráter indivisível. A limitação do somatório do número de atestados por parcela de relevância técnico operacional é necessária para garantir que a empresa comprove ter realizado os serviços constatados como relevante técnica e financeiramente. Caso, não se limite se o número de atestados para cada parcela de relevância não teria sentido solicitar o quantitativo mínimo, pois a empresa que dividisse em vários atestados não estaria comprovando a capacidade técnico operacional de executar serviços deste porte e complexidade.

f) Comprovação Técnico-profissional, de aptidão do profissional, pela execução de serviços compatíveis em características e prazos com o objeto desta seleção, através de atestado (s) em nome do profissional, fornecido (s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, demonstrando a aptidão para desempenho das seguintes atividades consideradas de elevada relevância técnica e valor significativo

10.5.4. Qualificação Econômico-Financeira:

c) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios. O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade. A boa situação financeira do licitante será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores que 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

d) certidão negativa de falência, recuperação judicial expedida dentro de um prazo máximo de 90 (noventa) dias anteriores à sessão pública, pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou dentro do prazo de validade constante no documento.

11. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

11.1. Emitir Solicitação de Serviços, contendo as informações necessárias à execução do objeto contratado;

11.2. Notificar o(a) Contratado(a) sobre eventuais defeitos, inadequações ou imperfeições constatadas na execução dos serviços, solicitando os devidos ajustes;

11.3. Expedir formalmente todas as determinações e/ou comunicações

dirigidas ao Contratado;

11.4. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes aos serviços objeto deste Contrato que venham a ser solicitados pelo Contratado, devendo especificar os detalhes necessários à sua perfeita consecução.

11.5. Designar funcionário para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato;

11.6. Realizar o devido adimplemento das obrigações financeiras pactuadas, no prazo e condições estabelecidos no contrato.

12. OBRIGAÇÕES DO(A) CONTRATADO(A):

12.1. Executar fielmente o objeto contratado, no prazo estipulado;

12.2. Entregar todos os produtos de forma impressa e em mídia de armazenamento (pen drive) bem como em arquivos Dwg plotados, Excel, Word e Pdf. Arquivos estes correspondentes de todos os documentos elaborados.

12.3. Os projetos devem possuir viés sustentável, sendo aplicadas estratégias de uso e reuso de material natural, a exemplo de iluminação solar, ventilação natural, recursos hídricos, águas pluviais/cinzas, promoção de acessibilidade, paisagismo natural sustentável e minimizar impactos ambientais, bem como transformando problemas atuais em geração de renda através da sustentabilidade e econômica verde.

12.4. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o Contrato firmado com o Contratante, sem sua prévia e expressa anuência;

12.5. Manter, durante toda execução do Contrato, as condições inicialmente pactuadas;

12.6. Comunicar formalmente qualquer anormalidade ou impropriedade verificada na execução do contrato;

12.7. Permitir, em todos os aspectos, a fiscalização pelo Contratante dos serviços executados;

12.8. Responsabilizar-se pelo sigilo e confidencialidade dos documentos que lhe chegarem ao conhecimento em virtude da execução de contrato, não podendo divulgá-los sob qualquer pretexto, salvo mediante expressa autorização expedida pela Diretoria da Agência;

12.9. Prestar informações e esclarecimentos que porventura se façam

necessários, em no máximo 48 horas, a contar da solicitação feita pela Maceió Investe;

12.10. Providenciar a imediata correção de eventuais deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pela Agência na prestação dos serviços;

12.11. Providenciar todos os recursos e materiais necessários ao adequado cumprimento do objeto contratado.

12.12. Realizar os serviços contratados de acordo com a boa técnica, a fim de garantir uma execução satisfatória, desenvolvida com segurança e qualidade, dentro das especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência.

13. DAS SANÇÕES CONTRATUAIS

13.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Resolução nº03/2024 e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

13.2. Sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato e da responsabilidade civil e penal aplicáveis ao fornecedor ou prestador de serviços, nos casos de inexecução total ou parcial do contrato, a MACEIÓ INVESTE poderá, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, aplicar as seguintes penalidades, assegurada ao interessado a apresentação de defesa prévia:

a) advertência;

b) multa correspondente a até 20% sobre o valor da parcela em caso de inexecução parcial, atraso, inadimplemento ou infração contratual;

c) multa correspondente a até 20% sobre o valor global do contrato, quando ficar caracterizada a recusa no cumprimento das obrigações;

d) suspensão do direito de participar de seleção de fornecedores, em qualquer modalidade, e de contratar com a MACEIÓ INVESTE pelo prazo de até 02 (dois) anos.

13.3. As sanções previstas nos incisos acima poderão ser aplicadas cumulativamente a depender do grau de lesividade da conduta.

13.4. Nenhum outro pagamento será realizado ao contratado enquanto não for quitada a multa que lhe tiver sido imposta.

13.5. O inadimplemento total ou parcial das obrigações contratuais assumidas conferirá à MACEIÓ INVESTE o direito de rescindir unilateralmente o contrato, sem prejuízo de outras penalidades previstas no ato convocatório ou em cláusulas contratuais.

13.6. Em caso de risco iminente de prejuízo de qualquer natureza, a Agência poderá, motivadamente, adotar providências acauteladoras, sem prévia manifestação da contratada.

14. FISCALIZAÇÃO:

14.1. A fiscalização dos serviços contratados será feita pela Gerência de Inclusão Produtiva da Maceió Investe.

15. DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS

15.1. As despesas decorrentes da execução dos serviços a serem contratados correrão advindos do contrato firmado entre a instituição internacional Banco de Desenvolvimento da Bacia do Plata – FONPLATA e a Prefeitura de Maceió.

16. GARANTIA DE EXECUÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL

16.1. A critério da área demandante, desde que prevista no ato convocatório, poderá ser exigida a apresentação de garantia de execução do objeto contratual, limitada a 10% (dez por cento) do valor do contrato e, à escolha do fornecedor, mediante:

- a) caução em dinheiro;
- b) fiança bancária;
- c) seguro-garantia.

d) Nos casos de obras e serviços de engenharia de grande vulto e alta complexidade técnica, o ato convocatório poderá fixar o tipo de garantia dentre aqueles elencados nos incisos de I a II deste artigo, bem como exigir o valor garantidor correspondente a até 30% (trinta por cento) do valor do contrato

Atesto, sob a minha responsabilidade, que o conteúdo do Termo de Referência se limita ao mínimo imprescindível à satisfação do interesse público, presente na generalidade dos produtos e modelos existentes no mercado, não consignando

marca ou característica, especificação ou exigência exclusiva, excessiva, impertinente, irrelevante ou desnecessária que possa direcionar o certame ou limitar ou frustrar a competição ou a realização do objeto contratual.

Maceió (AL), em 08 de julho de 2024.

Angélica M^a da Silva Mendes
Gerente de Inclusão Produtiva

ANEXO II – CREDENCIAMENTO

Por meio do presente ato, CREDENCIAMOS o(a) sr.(a) _____, (nacionalidade), (estado civil), (profissão), portador(a) da Cédula de Identidade nº _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, (residência e domicílio), a participar da seleção instaurada pela MACEIÓ INVESTE, na modalidade Convocação Geral nº 01/2024, na qualidade de representante legal da _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, sediada na _____, representada por _____, (nacionalidade), (estado civil), (profissão), portador(a) da Cédula de Identidade nº _____, inscrito no CPF sob o nº _____, (residência e domicílio), outorgando plenos poderes ao(à) credenciado(a) para formular proposta, declarar a intenção de recorrer ou renunciar ao direito de interpor recursos e praticar todo e qualquer ato inerente à esta seleção.

Local e data.

Nome e assinatura do representante legal

ANEXO III - DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

(Nome da empresa), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, sediada na _____, representada por _____, (nacionalidade), (estado civil), (profissão), portador(a) da Cédula de Identidade nº _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, (residência e domicílio), DECLARA que cumpre plenamente os requisitos exigidos para habilitação e sujeita-se aos termos e condições do edital do Convocação Geral Nº 01/2024 – MACEIÓ INVESTE, estando ciente das penalidades aplicáveis em caso de descumprimento ou declaração inverídica.

Local e data.

Nome e assinatura do representante legal

OBSERVAÇÃO: ESTA DECLARAÇÃO DEVERÁ SER ENTREGUE COM A LOGOMARCA DA EMPRESA PARTICIPANTE À COMISSÃO SELEÇÃO, FORA DO ENVELOPE Nº 2 – HABILITAÇÃO.

ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE TRABALHO DO MENOR

(Nome da empresa), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, sediada na _____, representada por _____, (nacionalidade), (estado civil), (profissão), portador(a) da Cédula de Identidade nº _____, inscrito no CPF sob o nº _____, (residência e domicílio), DECLARA, para fins do disposto no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal e art. 68, inciso VI, da Lei no 14.133/2021, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não emprega menor de 16 (dezesesseis), estando ciente das penalidades aplicáveis em caso de descumprimento ou declaração inverídica.

*Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho. (se houver)

Local e data.

Nome e assinatura do representante legal

OBSERVAÇÕES: ESSA DECLARAÇÃO DEVERÁ SER ENTREGUE COM A LOGOMARCA DA EMPRESA PARTICIPANTE À COMISSÃO DE SELEÇÃO, DENTRO DO ENVELOPE Nº 2 – HABILITAÇÃO.

ANEXO V - DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

(Nome da empresa), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, sediada na _____, representada por _____, (nacionalidade), (estado civil), (profissão), portador(a) da Cédula de Identidade nº _____, inscrito no CPF sob o nº _____, (residência e domicílio), DECLARA, para fins de participação no Convocação Geral nº 01/2024, ser idônea a participar de processo de seleção e contratar com a MACEIÓ INVESTE, assim como inexistem fatos supervenientes impeditivos de habilitação, estando ciente das penalidades aplicáveis em caso de descumprimento ou declaração inverídica.

Local e data.

Nome e assinatura do representante legal

OBSERVAÇÃO: ESSA DECLARAÇÃO DEVERÁ ESTAR COM A LOGOMARCA DA EMPRESA PARTICIPANTE E DENTRO DO ENVELOPE Nº 02 - HABILITAÇÃO.

**ANEXO VI – MODELO DE PROPOSTA
CONVOCAÇÃO GERAL Nº 01/2024**

IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE:

- RAZÃO SOCIAL:
- ENDEREÇO COMERCIAL:
- CNPJ:
- REPRESENTANTE LEGAL QUALIFICADO:
- TELEFONE:
- E-MAIL:
- SITE:

DESCRIÇÃO/DETALHAMENTO DO SERVIÇO: (assumir o objeto constante do Anexo I - Termo de Referência).

VALOR TOTAL GLOBAL DA PROPOSTA: R\$ _____
(_____)

FORMA DE PAGAMENTO:

VALIDADE DA PROPOSTA: 90 DIAS

LOCAL E DATA:

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

OBSERVAÇÃO: A PROPOSTA DEVERÁ SER ENTREGUE COM A LOGOMARCA DA EMPRESA PARTICIPANTE À COMISSÃO DE SELEÇÃO DENTRO DO ENVELOPE Nº 01 - PROPOSTA DE PREÇOS.

ANEXO VII – MINUTA DO CONTRATO

TERMO DE CONTRATO Nº XX/2024

PROCESSO Nº 08/2024

NATUREZA: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

MODALIDADE: CONVOCAÇÃO GERAL

CONTRATANTE: MACEIÓ INVESTE

CONTRATADO: XXXXXXXXXXXXXXX

OBJETO: Serviços de elaboração de projetos pré-executivos arquitetônicos, estruturais e complementares, memorial descritivo planilhas orçamentárias, bem como, relatório de soluções integradas, para implantação da obra do novo mercado da produção da cidade de Maceió.

Pelo presente instrumento, de um lado a **AGÊNCIA DE PROMOÇÃO DE INVESTIMENTOS DE MACEIÓ - MACEIÓ INVESTE**, pessoa jurídica de direito privado de fins não econômicos, de interesse coletivo e de utilidade pública, sob a forma de serviço social autônomo, inscrita no CNPJ sob o nº 52.339.805/0001-68, representada por seu Diretor-Presidente, YURI DE PONTES CEZARIO, portador da carteira de identidade nº XXXXXXXXXXXXX, inscrito no CPF sob o XXXXXXXXXXXXX, doravante denominada CONTRATANTE; e de outro lado XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob o nº xxxxxxxx, com endereço na xxxxxxxxxxxx, representada pelo(a) Sr(a). xxxxxxxxxxxx, portador(a) da Cédula de Identidade nº xxxxxxxx e inscrito(a) no CPF sob o nº xxxxxxxxxxxx, doravante denominado de CONTRATADO, resolvem firmar, nos termos do Regulamento de Compras e Contratação de Serviços da Agência, aprovado pela Resolução nº 03/2024 da MACEIÓ INVESTE, o presente Termo de Contrato, decorrente de seleção na modalidade Convocação Geral, de acordo com as cláusulas e condições que seguem.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Este Contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada em serviços de elaboração de projetos pré-executivos arquitetônicos, estruturais e complementares, memorial descritivo, planilhas orçamentárias, bem como, relatório de soluções integradas, para implantação da obra do novo mercado da produção da cidade de Maceió, conforme especificações constantes no Termo de Referência e na proposta apresentada pela Contratada, partes integrantes deste instrumento,

independentemente de terem sua transcrição total ou parcial neste Contrato.

1.2. Este Contrato vincula-se à Convocação Geral identificada no preâmbulo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1. O prazo de execução dos serviços será de 90 (noventa) dias, contados da data de assinatura do contrato.

2.2. Cada projeto deverá ser entregue com as ART (anotação de responsabilidade técnica) correspondentes.

2.3. Os projetos deverão ser entregues em arquivos digitais, dispositivo de armazenamento tipo pen drive, nos formatos PDF, dwg e ifc.

2.4. A celebração do contrato não gera para a MACEIÓ INVESTE a obrigação de demandar os serviços contratados, seja parcial ou integralmente, de forma que a execução de cada fase do objeto somente se dará mediante demanda específica da contratante.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

3.1. O presente contrato vigorará pelo período de 6 (seis) meses, contados da data da expedição da ordem de serviço pela contratante.

3.2. O presente instrumento poderá ser prorrogado, desde que acordado formalmente entre as partes, através de aditivo contratual.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1. O valor total do presente instrumento é de R\$ XXXXXXXXXXXXXXX, conforme constante na proposta, parte integrante deste instrumento.

4.2. O valor remunera todas e quaisquer despesas necessárias à execução do Contrato, incluindo custos com materiais, mão de obra, seguros, tributos, taxas, encargos sociais e trabalhistas e todas as demais despesas necessárias ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4.3. O pagamento será realizado de acordo com as etapas concluídas do objeto da contratação, em até 10 (dez) dias úteis após a apresentação de cada Nota Fiscal, desde que comprovada a execução do serviço.

4.4. São condições para o pagamento:

4.4.1. A apresentação, pela CONTRATADA, por meio eletrônico, da Nota Fiscal que discrimine os serviços efetivamente prestados, mediante solicitação expressa da contratante, juntamente com a documentação fiscal regular.

4.4.2. Ateste técnico da área demandante informando que os serviços foram prestados a contento.

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE E ALTERAÇÕES

5.1. O valor contratual é fixo e irreajustável.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

6.1. Emitir Solicitação de Serviços, contendo as informações necessárias à execução do objeto contratado.

6.2. Notificar o(a) Contratado(a) sobre eventuais defeitos, inadequações ou imperfeições constatados na execução dos serviços, solicitando os devidos ajustes.

6.3. Expedir formalmente todas as determinações e/ou comunicações dirigidas ao Contratado.

6.4. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes aos serviços objeto deste Contrato que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO, devendo especificar os detalhes necessários à sua perfeita consecução.

6.5. Designar funcionário para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato.

6.6. Realizar o devido adimplemento das obrigações financeiras pactuadas, no prazo e condições estabelecidos no Contrato.

6.7. Dar publicidade ao presente instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATADO

7.1. Executar fielmente o objeto contratado, no prazo estipulado, de acordo com a demanda apresentada pelo CONTRATANTE.

7.2. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o CONTRATO firmado com o CONTRATANTE, sem sua prévia e expressa anuência.

7.3. Manter, durante toda execução do CONTRATO, as condições inicialmente pactuadas.

7.4. Comunicar formalmente qualquer anormalidade ou impropriedade verificada na execução do CONTRATO.

7.5. Permitir, em todos os aspectos, a fiscalização pelo CONTRATANTE dos serviços executados.

7.6. Responsabilizar-se pelo sigilo e confidencialidade dos documentos que lhe chegarem ao conhecimento em virtude da execução do CONTRATO, não podendo divulgá-los sob qualquer pretexto, salvo mediante expressa autorização expedida pela Diretoria da Agência.

7.7. Prestar informações e esclarecimentos que porventura se façam necessários, em no máximo 48 horas, a contar da solicitação feita pela Maceió Investe.

7.8. Providenciar a imediata correção de eventuais deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pela Agência na prestação dos serviços.

7.9. Providenciar todos os recursos e materiais necessários ao adequado cumprimento do objeto contratado.

7.10. Realizar os serviços contratados de acordo com a boa técnica, a fim de garantir uma execução satisfatória, desenvolvida com segurança e qualidade, dentro das especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência, na Proposta, neste Contrato e nas normas de segurança aplicáveis.

7.11. Emitir a Nota Fiscal, documento obrigatório para que a CONTRATANTE proceda ao pagamento.

7.12. Responder por quaisquer danos ou prejuízos causados, direta ou indiretamente à CONTRATANTE, produzidos em decorrência da prestação dos serviços ou da omissão em executá-los, seja dolosa ou culposamente, procedendo de imediato aos reparos e/ou indenizações cabíveis, resguardando-se, à CONTRATANTE, o direito de regresso na hipótese de ser compelida a responder por tais danos.

7.13. Designar preposto para representar-lhe perante a CONTRATANTE, elucidando eventuais dúvidas e prestando esclarecimentos acerca da execução contratual e demais informações que venham a ser solicitadas.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO E DAS SANÇÕES

8.1. Este contrato poderá ser rescindido por qualquer uma das partes, a qualquer momento, desde que seja comunicado por escrito, com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência.

8.2. No caso de qualquer das partes deixar de cumprir, no todo ou em parte, suas obrigações oriundas do presente Contrato, a parte prejudicada poderá, mediante simples aviso por escrito dirigido à parte inadimplente, exigir-lhe que cesse e sane a infração dentro de 05(cinco) dias, contados do recebimento de tal aviso.

8.2.1. Decorrido o prazo sem que a infração tenha sido cessada e sanada, a parte prejudicada poderá considerar rescindido o presente Contrato mediante simples aviso à outra.

8.3. Qualquer das partes poderá denunciar e rescindir o Contrato, mediante simples aviso por escrito dirigido à outra, nos seguintes casos:

I- confissão de falência pela outra parte;

II- decretação da falência ou insolvência da outra parte;

III- liquidação, dissolução ou extinção da outra parte;

IV- caso fortuito ou força maior que impeça uma das partes de cumprir suas obrigações, se o impedimento perdurar por pelo menos 30 (trinta) dias ou por período suficiente para inviabilizar a realização do objeto.

8.4. Em hipótese de requerimento de recuperação judicial, a outra parte poderá decidir pela rescisão ou manutenção do Contrato.

8.5. A conclusão, rescisão, denúncia ou extinção do Contrato não elide a responsabilidade por eventuais obrigações pendentes ou pagamentos devidos pelas partes.

8.6. As eventuais sanções contratuais decorrentes da inexecução total ou parcial deste contrato serão aplicadas em conformidade com o disposto no Capítulo XI do Regulamento de Compras e Contratação de Serviços da MACEIÓ INVESTE, bem como de acordo com o edital de seleção, podendo ser na modalidade de advertência, multa e/ou suspensão do direito de participar de seleção de fornecedores e de contratar com a MACEIÓ INVESTE.

CLÁUSULA NONA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

9.1. O presente contrato reger-se-á pelo Regulamento de Compras e Contratação de Serviços aprovado pela Resolução nº 03/2024 da MACEIÓ INVESTE, aplicando-se supletivamente as normas do Código Civil.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES

10.1. Eventuais alterações contratuais poderão ser realizadas mediante acordo entre as partes, desde que justificadas, e as decorrentes de necessidade de prorrogação, constarão de termos aditivos.

10.2. Os contratos poderão ser aditados nas hipóteses de complementação ou acréscimo que se fizerem necessários, de forma fundamentada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS CASOS OMISSOS

11.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições legais e regulamentares vigentes, bem como as normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO SIGILO E PROTEÇÃO DE DADOS

12.1. O CONTRATADO não poderá, em qualquer hipótese, utilizar em proveito próprio ou alheio as informações do CONTRATANTE, devendo mantê-las em sigilo durante e após a vigência deste contrato.

12.2. O CONTRATADO tratará todos os dados do CONTRATANTE – considerando-se como “dados” qualquer informação que possa ser usada direta ou indiretamente, sozinha ou em conjunto com outra informação – para cumprir com a finalidade deste Contrato, de acordo com as leis aplicáveis, devendo, mas não se limitado a:

12.2.1. Não revelar dados para terceiros sem a prévia autorização, por escrito, da CONTRATANTE;

12.2.2. Aplicar medidas de segurança para proteção dos dados; e

12.2.3. Eliminar/destruir qualquer dado em sua posse ou controle, observado o prazo legal pertinente, quando houver, ou no término deste contrato.

12.3. No caso de qualquer acesso, vazamento, divulgação, exposição, alteração, perda de dados ou quaisquer outros incidentes relacionados ao tratamento de dados, ilegais e/ou acidentais, o CONTRATADO deverá imediatamente notificar o CONTRATANTE e apresentar soluções adequadas para mitigar eventuais riscos, sem prejuízo de que sejam aplicadas as penalidades cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA TOLERÂNCIA

13.1. A abstenção do exercício, por qualquer das partes, de direitos ou faculdades que lhe assistem pelo presente Contrato, ou a concordância com o atraso no cumprimento das obrigações da outra parte, não afetará aqueles direitos ou faculdades, que poderão ser exercidos a qualquer tempo e a seu exclusivo critério, nem alterará as condições estipuladas neste Contrato.

13.2. Qualquer dos dispositivos deste Contrato que, por qualquer motivo, tiver sua eficácia afastada, não importará em invalidação do instrumento ou das demais Cláusulas, que permanecerão válidas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS NOTIFICAÇÕES

14.1. Todas as comunicações entre as partes ou notificações relativas a este Contrato serão feitas por escrito, mediante e-mail, courier ou pelo serviço de correios.

14.1.1. Notificações pessoalmente entregues serão consideradas válidas somente mediante protocolo do responsável.

14.1.2. Notificações enviadas por e-mail serão consideradas entregues no primeiro dia útil subsequente à data de envio e deverão estar acompanhadas do comprovante de envio.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS GARANTIAS

15.1. Não será exigida da CONTRATADA a prestação de garantias.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1. As Partes elegem o Foro da Comarca de Maceió/AL para conhecer e decidir eventuais questões atinentes ao presente Contrato, renunciando, desde já, a quaisquer outros, por mais privilegiados que sejam.

Maceió/AL, XX de XXXXX de 2024.

YURI DE PONTES CEZARIO
DIRETOR-PRESIDENTE DA MACEIÓ INVESTE

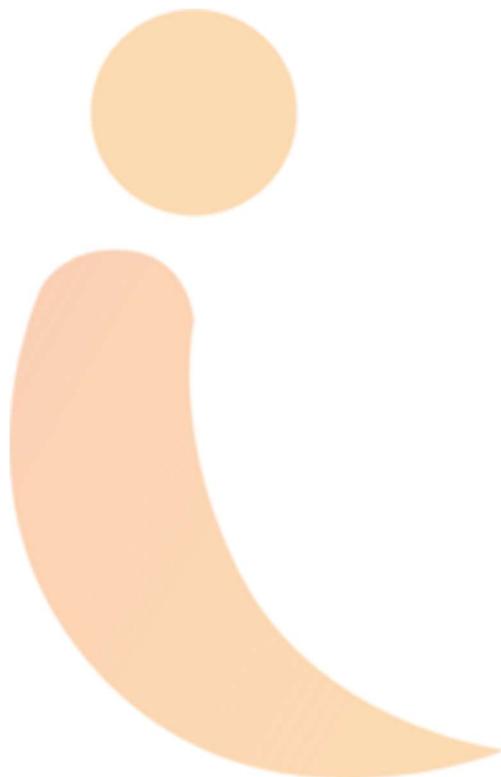
MELIANA MARTIN
DIRETORA DE CONVERGÊNCIA SETORIAL

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Representante legal da empresa XXXXXXXX

TESTEMUNHAS:

NOME:
CPF N°

NOME:
CPF N°



**EXTRATO DE EDITAL DE SELEÇÃO
CONVOCAÇÃO GERAL Nº 01/2024
PROC. Nº 08/2024**

A AGÊNCIA DE PROMOÇÃO DE INVESTIMENTOS DE MACEIÓ – MACEIÓ INVESTE, em conformidade com a Resolução nº 03/2024, torna público a abertura de seleção de fornecedor/prestador de serviço, cujo objeto é a contratação de serviços de elaboração de projetos pré-executivos arquitetônicos, estruturais e complementares, memorial descritivo planilhas orçamentárias, bem como, relatório de soluções integradas, para implantação da obra do novo mercado da produção da cidade de Maceió.

O Edital completo está disponível no site da MACEIÓ INVESTE (<https://maceioinveste.com.br/>), podendo ainda ser solicitado através do email gerenciacompras@maceioinveste.com.br.

A sessão para recebimento das propostas ocorrerá no dia 22 de julho de 2024, às 09:30h, na sede da MACEIÓ INVESTE, localizada na Rua Sampaio Marques, Nº 74, Pajuçara, Maceió/AL, CEP: 57.030-107.

Maceió/AL, 11 de julho de 2024.

JOÃO MARCELO FERREIRA BATISTA

Gerente de Compras e Seleção
Presidente da Comissão de Seleção